

COLEÇÃO ATLAS DE PROCESSO CIVIL

Coordenação
Carlos Alberto Carmona

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

Aspectos Gerais e Efeitos

Clara Moreira Azzoni



COLEÇÃO ATLAS DE PROCESSO CIVIL

As reformas do Código de Processo Civil, a crise do processo e a crise do Poder Judiciário têm provocado um aumento extraordinário do interesse dos operadores no estudo dos temas mais importantes do Direito Processual. Torna-se necessário, diante desta onda renovatória que permeia os últimos 15 anos, um exame cada vez mais profundo dos institutos que estão à base do movimento reformista, para compreender a extensão e a utilidade das inovações que vão sendo impostas pelo legislador.

Não basta, é claro, a observação dos dispositivos renovados: é preciso verificar com maior profundidade cada um dos temas que giram em torno das novas leis do processo. Daí o lançamento deste ousado projeto da EDITORA ATLAS: oferecer ao grande público estudos profundos sobre o Direito Processual Civil que explicam com proficiência os novos rumos desta ciência.

São trabalhos acadêmicos oriundos das mais tradicionais Faculdades de Direito do país – teses de doutoramento e dissertações de mestrado –, selecionados cuidadosamente, que têm um traço comum: examinam aspectos práticos do Processo Civil brasileiro. O leitor encontrará, portanto, na COLEÇÃO ATLAS DE PROCESSO CIVIL, trabalhos científicos, sim, mas sempre pragmáticos; trabalhos profundos, sim, mas sempre úteis aos desafios do dia a dia do profissional do Direito.

Carlos Alberto Carmona

*Professor Doutor do Departamento de Direito Processual
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*

publicação atlas

www.EditoraAtlas.com.br



Recurso Especial e Extraordinário

Coleção Atlas de Processo Civil
Coordenação: Carlos Alberto Carmona

Recurso Especial e Extraordinário

Aspectos Gerais e Efeitos

Clara Moreira Azzoni

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2009

© 2009 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leandro Guerra

Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azzoni, Clara Moreira

Recurso especial e extraordinário: aspectos gerais e efeitos / Clara Moreira Azzoni. -- São Paulo: Atlas, 2009. -- (Coleção Atlas de Processo Civil / coordenação Carlos Alberto Carmona)

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-5551-5

1. Recursos (Direito) – Brasil I. Carmona, Carlos Alberto. II. Título. III. Série.

09-05076

CDU-347.957(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recurso especial : Direito Processual 347.957(81)
2. Brasil : Recurso extraordinário : Direito processual 347.957(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)

01203-904 São Paulo (SP)

Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)

www.EditoraAtlas.com.br

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

1 Introdução, 1

1.1 Introdução, 1

1.2 Metodologia e técnicas de pesquisa adotadas, 4

2 Os Recursos Especial e Extraordinário no Direito Processual Brasileiro, 5

2.1 Aspectos gerais, 5

2.1.1 Breve histórico – as *crises do Supremo*, 5

2.1.2 Fundamentos e hipóteses de cabimento, 13

2.1.3 Recursos *extraordinários* ou *excepcionais*, 18

2.1.4 Funções dos *recursos excepcionais*, 22

2.1.4.1 Função nomofilática, 22

2.1.4.2 Função uniformizadora da jurisprudência, 24

2.1.4.3 Função paradigmática, 25

2.1.4.4 Funções dos recursos excepcionais após a *Reforma do Judiciário* (EC 45/2004) e as recentes reformas do Código de Processo Civil, 27

2.1.5 Recurso de *Revisão* e Recurso de *Cassação*, 35

- 2.2 Estudo conjunto dos recursos especial e extraordinário – semelhanças, 39
 - 2.2.1 Prévio esgotamento das instâncias ordinárias, 40
 - 2.2.2 Imprestabilidade à correção de injustiça – *Terceiro grau de jurisdição*, 42
 - 2.2.3 Impossibilidade de revisão da matéria de fato, 45
 - 2.2.4 Fundamentos de admissibilidade previstos na Constituição Federal – *Recursos de fundamentação vinculada*, 46
 - 2.2.5 Interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário, 48
 - 2.2.6 Prequestionamento, 50
 - 2.2.6.1 Pquestionamento e os *embargos de declaração prequestionadores*, 64
 - 2.2.6.2 Cunho político do prequestionamento, 66
 - 2.2.7 Juízo de mérito e juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, 69

3 Efeitos dos Recursos no Sistema Processual Brasileiro, 91

- 3.1 Noções gerais, 91
- 3.2 Efeito obstativo, 94
- 3.3 Efeito devolutivo, 95
 - 3.3.1 Devolução imediata, gradual ou diferida, 96
 - 3.3.2 Dimensão da devolução: dimensão horizontal e dimensão vertical, 96
 - 3.3.3 A regra do § 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil, 101
- 3.4 Efeito translativo, 103
 - 3.4.1 Conceito e abrangência do efeito translativo, 103
 - 3.4.2 *Reformatio in pejus* e preclusão, 108
 - 3.4.3 Efeito translativo e a teoria dos capítulos de sentença, 113
- 3.5 Efeito suspensivo, 117
 - 3.5.1 Efeito suspensivo *ope legis* e *ope judicis*, 123
 - 3.5.2 Concessão *ex officio* de efeito suspensivo, 125
 - 3.5.3 Mecanismos para a concessão excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal, 126
 - 3.5.4 Impugnação parcial e efeito suspensivo, 135
- 3.6 Efeito substitutivo, 136
 - 3.6.1 *Error in iudicando* e *error in procedendo*, 138

- 3.6.2 Função substitutiva e função rescindente, 141
- 3.7 Efeito expansivo, 142
- 3.8 Demais efeitos, 146
- 4 Efeitos dos Recursos Especial e Extraordinário, 148**
 - 4.1 Efeito devolutivo, 148
 - 4.1.1 Âmbito de devolução – hipóteses de cabimento, 148
 - 4.1.2 *Questão de fato e questão de direito* e o reexame de provas, 150
 - 4.1.3 Valoração, admissibilidade e qualificação das provas, 156
 - 4.1.4 Interpretação de cláusula contratual, 161
 - 4.1.5 Conceitos jurídicos vagos e indeterminados, 163
 - 4.1.6 O prequestionamento como restrição ao efeito devolutivo, 166
 - 4.1.7 Súmula 400 do Supremo Tribunal Federal como restrição ao efeito devolutivo, 169
 - 4.1.8 Aplicação e alcance da Súmula 456 do Supremo Tribunal Federal, 171
 - 4.1.9 A violação à Constituição Federal no recurso especial, 177
 - 4.1.10 Possibilidade de aplicação da regra do § 3º, artigo 515, do Código de Processo Civil, 180
 - 4.1.11 A repercussão geral da questão constitucional como restrição ao efeito devolutivo do recurso extraordinário, 183
 - 4.1.12 Dimensão vertical e dimensão horizontal do efeito devolutivo, 192
 - 4.1.13 Efeito devolutivo e os recursos especial e extraordinário adesivos, 195
 - 4.1.14 Efeito devolutivo dos recursos especial e extraordinário retidos, 198
 - 4.1.15 *Dupla devolução* conferida ao agravo de instrumento contra despacho denegatório dos recursos especial e extraordinário, 203
 - 4.2 Efeito translativo, 204
 - 4.3 Efeito suspensivo, 219
 - 4.3.1 Excepcional concessão de efeito suspensivo, 219
 - 4.3.2 Requisitos da concessão da medida cautelar para obstar a eficácia dos efeitos da decisão recorrida, 221
 - 4.3.3 A tutela antecipada recursal em sede de recurso especial e extraordinário, 227

- 4.3.4 Concessão do efeito suspensivo sob o prisma da efetividade do processo, 234
- 4.3.5 Momento e juízo competente para a concessão do efeito suspensivo, 235
 - 4.3.5.1 Supremo Tribunal Federal e as Súmulas 634 e 635, 235
 - 4.3.5.1.1 Impugnação da decisão proferida pelo Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal *a quo*, 240
 - 4.3.5.2 Superior Tribunal de Justiça, 243
 - 4.3.5.3 Concessão de efeito suspensivo a recurso especial ou extraordinário não admitido, 245
- 4.3.6 Antecipação da tutela recursal no recurso extraordinário e a repercussão geral da questão constitucional, 247
- 4.3.7 Eficácia da decisão recorrida e execução provisória, 250
- 4.3.8 Impugnação parcial e efeito suspensivo, 253
- 4.4 Efeito substitutivo, 254
 - 4.4.1 Efeito substitutivo e o *juízo de revisão* dos recursos especial e extraordinário, 254
 - 4.4.2 Função rescindente dos recursos especial e extraordinário, 258
 - 4.4.3 Efeito substitutivo e o não conhecimento dos recursos especial e extraordinário, 259
 - 4.4.4 Efeito substitutivo dos recursos especial e extraordinário interpostos simultaneamente, 265
- 4.5 Efeito expansivo, 271
 - 4.5.1 Outros efeitos do julgamento dos recursos especial e extraordinário, 273

5 Conclusões, 280

Bibliografia, 293